



EXPERIÊNCIA, CRISE, ESTRUTURA: PROBLEMAS ELEMENTARES DA HISTÓRIA E FILOSOFIA DA PSICOLOGIA NUMA PERSPECTIVA FENOMENOLÓGICA

Experience, Crisis, Structure: Elementary Problems of History and Philosophy of Psychology from a Phenomenological Perspective

HERNANI PEREIRA DOS SANTOS*

Experiencia, Crisis, Estructura: Problemas Elementales de la Historia y Filosofía de la Psicología en una Perspectiva Fenomenológica

Resumo: Neste ensaio teórico, propõe-se uma confrontação entre o pensamento de Thomas Kuhn, especialmente de sua análise do comportamento do cientista e das matrizes epistemológicas em A estrutura das revoluções científicas, e a abordagem fenomenológica da construção do conhecimento, tendo-se por centro a situação ontológica, metodológica e epistemológica da Psicologia. Desenvolve-se como ensaio teórico e argumentativo, que gira em torno de cinco linhas argumentativas principais por meio da confrontação das teses de Kuhn com a de autores de viés fenomenológico. Em um primeiro momento, procura-se demonstrar como o pensamento normal, analisado por Kuhn, possui a mesma estrutura de sentido do naturalismo, que procura ser criticamente analisado em uma perspectiva fenomenológica. Em um segundo momento, propõe-se que a psicologia não retrata um período de resolução de quebra-cabeças, de ciência normal, tampouco o estágio de uma “ciência pré-paradigmática”, conforme os critérios diagnósticos de Kuhn; e que esta abordagem se deve a uma tentativa de fundamentação analógica da Psicologia, mas que esconde um preconceito filosófico. Derivado deste ponto, em um terceiro momento, mostra-se como o pressuposto da pretensa unidade da Psicologia, enquanto realidade ou enquanto meta, ou, ainda, de seu sucesso técnico, vela a questão dos fundamentos da Psicologia. Como quarto argumento, analisa-se como o desencaixe entre linguagem e realidade, ou entre conceito e factualidade, costuma ser lido em termos de uma “crise paradigmática” ou de “crise da Psicologia”, o que, hipoteticamente, exigiria uma terapêutica para corrigir a problemática instaurada. Por fim, defende-se que este desencaixe, pelo contrário, motiva uma “mudança de atitude” por parte do teórico em Psicologia e, assim, exige com que ele lide com o problema dos fundamentos.

Palavras-chave: Epistemologia; Estruturalismo; Fenomenologia; Filosofia da Ciência; Thomas Kuhn.

Abstract: In this theoretical essay, a confrontation is proposed between the thought of Thomas Kuhn, especially his analysis of the scientist's behavior and the epistemological matrices in The structure of scientific revolutions, and the phenomenological approach to the construction of knowledge, having as its center the ontological, methodological and epistemological situation of Psychology. It is developed as a theoretical and argumentative essay, which develops five main argumentative lines through the confrontation of Kuhn's theses with those of authors of a phenomenological point of view. At first, we try to demonstrate how normal thought, analyzed by Kuhn, has the same structure of meaning as naturalism, which seeks to be critically analyzed from a phenomenological perspective. In a second moment, it is proposed that psychology does not portray a period of solving puzzles, of normal science, nor the stage of a “pre-paradigmatic science”, according to Kuhn's diagnostic criteria; and that this approach is due to an attempt at an analogical foundation of Psychology, but which hides a philosophical prejudice. Derived from this point, in a third moment, it is shown how the assumption of the alleged unity of Psychology, as a reality or as a goal, or, even, of its technical success, veils the question of the foundations of Psychology. As a fourth argument, it analyzes how the disengagement between language and reality, or between concept and factuality, is usually read in terms of a “paradigm crisis” or “crisis of Psychology”, which, hypothetically, would require a therapy to correct the established problem. Finally, it is argued that this disengagement, on the contrary, motivates a “change of attitude” on the part of the theorist in Psychology and, thus, requires him to deal with the problem of fundamentals.

Keywords: Epistemology; Phenomenology; Philosophy of Science; Structuralism; Thomas Kuhn.

Resumen: En este ensayo teórico se propone una confrontación entre el pensamiento de Thomas Kuhn, en especial su análisis de la conducta del científico y las matrizes epistemológicas en La estructura de las revoluciones científicas, y el enfoque fenomenológico de la construcción del conocimiento, teniendo como centro la situación ontológica, metodológica y epistemológica de la Psicología. Se desarrolla como un ensayo teórico y argumentativo, que implica cinco grandes líneas argumentativas a través de la confrontación de las tesis de Kuhn con las de autores de un punto de vista fenomenológico. En un primer momento, tratamos de demostrar cómo el pensamiento normal, analizado por Kuhn, tiene la misma estructura de significado que el naturalismo, que busca ser analizado críticamente desde una perspectiva fenomenológica. En un segundo momento, se propone que la psicología no retrata un período de resolución de enigmas, de ciencia normal, ni la etapa de una “ciencia pre-paradigmática”, según los criterios diagnósticos de Kuhn; y que este enfoque obedece a un intento de fundamentación analógica de la Psicología, pero que esconde un prejuicio filosófico. Derivado de este punto, en un tercer momento, se muestra cómo la asunción de la supuesta unidad de la Psicología, como realidad o como fin, o, incluso, de su éxito técnico, vela la cuestión de los fundamentos de la Psicología. Como cuarto argumento, analiza cómo la desvinculación entre lenguaje y realidad, o entre concepto y factualidad, suele ser leída en términos de una “crisis de paradigma” o “crisis de la Psicología”, que, hipotéticamente, requeriría de una terapia para corregir la problema establecido. Finalmente, se argumenta que esta desvinculación, por el contrario, motiva un “cambio de actitud” por parte del teórico en Psicología y, por tanto, le obliga a abordar el problema de los fundamentos.

Palabras-clave: Epistemología; Estruturalismo; Filosofía de la ciencia; Fenomenología; Thomas Kuhn.

* Doutor em Psicologia, Professor Adjunto do Curso de Psicologia da Universidade Estadual do Ceará, Campus Itaperi, Fortaleza, Ceará, Brasil. E-mail: hernani.santos@uece.br . Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5003-4143>



Introdução

“O que mata um jardim não é mesmo
alguma ausência
nem o abandono...
O que mata um jardim é esse olhar vazio
de quem por eles passa indiferente”
(Trecho de *Jardim Interior*, de Mario Quintana)

A situação atual da psicologia, tal como se retrata no interior das universidades e mesmo fora delas, com o seu crescente sucesso científico e, também, prático, nos laboratórios, nas escolas, nas empresas, nos consultórios etc., leva-nos a crer que a ciência avança progressivamente sobre uma base sólida e segura. Na atividade científica, pesquisas progressivas são desenvolvidas na resolução de problemas específicos cuja regra pode ser fornecida por soluções já encontradas anteriormente, expandindo-se a aplicação dos princípios, mas não se retorna, radicalmente, à questão dos fundamentos, a não ser em casos extraordinários. Da mesma forma, na resolução prática ou técnica de problemas o psicólogo utiliza-se de uma cosmovisão, um ponto de partida teórico-prático, para lidar com situações-problemas de sua prática profissional. Assim, faz variar as soluções encontradas anteriormente, e por ele aprendidas, de acordo com a variação fática da situação com a qual se defronta efetivamente, mas, igualmente, não há um retorno à questão dos fundamentos, a não ser em casos extraordinários. Falamos de “casos extraordinários” não por acaso. Na história da psicologia moderna, estes casos estão registrados, peculiarmente, como discursos de crise dessa ciência (Sturm & Mülberger, 2012). E, quando a crise é deflagrada, em proveito da tentativa de estabelecimento de uma nova orientação teórico-prática ou, ainda, de uma unificação do campo, a discussão de fundamentos tende a acontecer. Porém, como se pode ver, esse questionamento reflexivo não acontece gratuitamente. Há uma atitude habitual do psicólogo que encobre a discussão de fundamentos, como se ela já estivesse resolvida, e configura, enfim, uma penumbra opaca de obviedade. Com efeito, fazer a questão deve envolver uma crítica dessa maneira habitual de agir, o que não significa, certamente, destituir de seu valor as pesquisas progressivas e as aplicações. O que é importante de ser destacado é que essa crítica pode adquirir um ganho reflexivo sem o qual toda a problemática dos fundamentos poderia parecer desprovida de motivos, lançada como em um salto abrupto no interior do vazio. e, por isso, totalmente capciosa. Principalmente ao olhar – o “olhar vazio” do qual nos fala Mario Quintana – dos que estão habituados com a pesquisa e a prática positivas e regem as suas ações científicas e técnicas exclusivamente de acordo com essa orientação, ainda que, para outras esferas da vida, admitam alguma forma de reflexividade.

A crítica à maneira habitual de agir do psicólogo deverá vir em primeiro lugar, a fim de que a questão sobre a relação entre psicologia e filosofia e sobre os fundamentos histórico e epistemológicos da psicologia, ou o que Thines (1968, p. 2) chama de “problema das essências”, possa ser preparada e colocada de acordo com os motivos que lhe são próprios. Com isso, pode-se esclarecer o próprio sentido de interrogá-la a partir de uma tradição específica. E é somente por meio desta questão preparatória que entendemos ser possível lançar mão de algumas indagações específicas a respeito da relação entre psicologia e fenomenologia. Isto porque o movimento fenomenológico, como o entendemos, lançou luz sobre muitos dos aspectos dessa intrincada problemática da relação entre filosofia e ciência. A história da fenomenologia revela, de fato, uma constante revisitação da proximidade e da distância, sempre renovada, entre filosofia e psicologia. A fenomenologia oferece, pois, uma perspectiva privilegiada para compreender o problema em profundidade e para desenvolver as suas consequências epistemológicas, em uma sorte de programa de pesquisa coerente. Este é o motivo básico para destacá-la do cenário geral da filosofia da psicologia. E o motivo para selecionar os dois autores referidos não é senão a descontinuidade que fica evidente na maneira como cada um concebe a relação entre filosofia e ciência, ou, ainda, entre o fluxo de ações da atitude natural e a reflexão fenomenológica, que se desdobra no interior da primeira para se voltar a ela reflexivamente.

Acontece, contudo, que a atitude natural do psicólogo, especialmente o cientista ou o prático, recobre-se sob o véu da obviedade através de um discurso naturalista que retira das questões de fundamentos a sua relevância e a trata como parte de um processo de autorregulação do comportamento do cientista. Falamos, em especial, da forma como Thomas Kuhn abordou as questões históricas e epistemológicas das ciências através de sua leitura naturalista do comportamento do cientista em *A estrutura das revoluções científicas* (Kuhn, 1970). A forma como o autor conceituou o comportamento habitual do cientista, em termos de “pensamento normal”, e dos fins aos quais ele se dirige – montar o quebra-cabeças, ou corrigir a estrutura, ou montar uma nova estrutura, tendo por fim a unificação da ciência, ou a sua “maturidade” – parece-nos especialmente problemática quanto ao problema que costuma se enfrentar quando as questões epistemológicas, ontológicas e



históricas da psicologia surgem. Neste sentido, confrontar esta perspectiva parece-nos ser de grande interesse para o avanço do ensino destas questões e para a justificação deste campo como um domínio próprio de investigações e estudos em psicologia. Começaremos por uma análise crítica da atitude natural e do pensamento normal, procurando os correlacionar com a gênese histórica da psicologia enquanto ciência. Com esta crítica, procuramos mostrar como a arqueologia fenomenológica da experiência pode nos servir para fazer emergir os problemas de fundamentos da psicologia. Após, procuramos mostrar como estes problemas ficaram velados pela própria “atividade normal” do cientista – no sentido adotado por Thomas Kuhn, de resolução de problemas à mão – e como a fundamentação analógica da psicologia enquanto ciência padece de um problema central que, ao mesmo tempo, impede a visão correta deste cenário. Por fim, analisamos como o desencaixe entre linguagem e realidade, ocorrido nos momentos de crise paradigmática, pode ser lido dentro do esquema fenomenológico de “mudança de atitude” e sustentamos que ele permite um acesso privilegiado à questão dos fundamentos epistemológicos e históricos da psicologia enquanto ciência. Isso implica, pois, que o naturalismo epistemológico e ontológico seja deixado de lado e que o psicólogo adote uma postura “filosófica” – ainda que temporariamente – quanto aos seus temas de estudos a fim de conquistar, para seu olhar, o que aparece como escondido pela camada opaca da obviedade cotidiana. Propomos, com isso, um “caminho fenomenológico” para a filosofia da psicologia.

Crítica da Atitude Natural e do Pensamento Normal

A ideia de “pensamento normal” é, aqui, desenvolvida a partir das análises de Kuhn (2006), sem que, para tanto, seja necessária uma análise de sua psicologia subjacente, para o que remetemos o leitor ao texto de Loparic (1989). Mesmo que o autor não tenha utilizado tal expressão, entendemos que podemos tirar proveito de suas descrições e correlacioná-las à descrição fenomenológica da “atitude natural” e do “mundo da vida”. Assim, quando Kuhn (1970) descreve a pesquisa normal enquanto “atividade normal de resolução de problemas” (p. 74), como quando diz, por exemplo, que “depois da transição [à maturidade] é possível a pesquisa normal orientada para a resolução de quebra-cabeças” (Kuhn, 2006, p. 223), isto envolve uma intencionalidade específica, eminentemente prática, e isto está em pleno acordo com a descrição que Husserl (1973/1991) faz da atitude natural enquanto experiência mais primitiva e originária, na qual nos defrontamos com o mundo de maneira imediata, em um fluxo contínuo de comportamento dirigido aos objetos. Com isso, podemos dizer que essa intencionalidade própria do cientista na “pesquisa normal”, que estabelece, necessariamente, um compromisso com uma “matriz disciplinar”, delinea o seu horizonte de significação, ou de atenção, permitindo-o distinguir e organizar os problemas significativos, as definições e leis aceitas ou aceitáveis, as metáforas preferidas ou permissíveis, os valores aceitos ou aceitáveis, as práticas e técnicas concretamente utilizadas ou utilizáveis para resolver problemas, etc., a partir de exemplos compartilhados. Obviamente, o compromisso com uma “matriz disciplinar” traduz-se como um horizonte histórico de sentido, um modo tácito de perceber as situações concretas, e partilhado com uma comunidade científica, motivo pelo qual é impossível desvincular da intencionalidade do cientista, oriunda, primitivamente, da intencionalidade natural (da atitude natural), as sedimentações de sentido que constituem, historicamente, o grupo intersubjetivo que designa uma “comunidade científica”. É esse complexo de intencionalidade natural e sedimentação histórica própria ao cientista comprometido com a “pesquisa normal” que chamamos, aqui, de “pensamento normal”. Os comentários posteriores deixarão claro que o “pensamento normal” designa, aqui, no que tange à história da psicologia, em específico, um comportamento habitual, uma maneira típica de agir. Porque, por mais que haja dificuldades ao se falar de “pesquisa normal” quanto às ciências humanas e sociais, por conta de não haver, nelas, qualquer indício efetivo de transição de um momento pré-paradigmático a um momento pós-paradigmático, entendemos que, no que tange a estas ciências e especialmente à psicologia, a descrição do comportamento do cientista atrelado à “pesquisa normal” é plenamente válida quando aplicada a uma maneira habitual de se fazer pesquisa em ciências humanas e sociais, a qual, ao tentar emular as ciências da natureza, investe no avanço de pesquisas a partir de “exemplares” já concebidos, que fornecem, portanto, as regras às pesquisas futuras, e no avanço técnico e aplicado de uma determinada orientação. Em proveito disso, coloca-se de lado a importância da reflexão filosófica, que está, de fato, ausente no momento de “pesquisa normal”, visto que, nesse caso, os “membros [de uma comunidade científica] estão seguros a respeito dos fundamentos de seu campo de estudos” (Kuhn, 2006, p. 222).

Nas análises de Kuhn (2006), a reflexão sobre fundamentos está vinculada, antes, aos momentos em que há crises nos acordos das comunidades, o prelúdio dos episódios revolucionários, embora seja muito difícil de afirmar que esteja, também, presente em todos os episódios revolucionários. A ideia de “pensamento normal” nos é, assim, particularmente importante para formular problemas específicos quanto à epistemologia da psicologia, fornecendo-nos o caminho para indagar a possibilidade e o sentido de uma epoché do discurso científico habitual partindo-se dele próprio. Reconhecemos que pode haver rotas alternativas para se chegar à atitude filosófica, mas partimos dessa declinação do discurso científico pelo fato de ele ser, em nosso discurso atual, o mais motivado e habitual, especialmente aos interessados em “fazer carreira”, sendo a carreira, portanto, um projeto existencial de grande significado no interior da cultura contemporânea e que pode funcionar, em certo sentido, como a própria antípoda do pensar, da filosofia. E, por sua vez, esta situação-problema nos remete à maneira como, nos dias de hoje, concretizam-se os projetos de formação humana, em seu mais am-



plo sentido, o que inclui não apenas a experiência que ocorre no interior das instituições de ensino, embora estas tenham um sentido proeminente no que tange à formação profissional, científica e técnica do psicólogo, mas o conjunto das experiências que ocorrem na generalidade dos encontros e das relações sociais.

No interior do que se pode chamar de atitude natural, guiado, ademais, por um “pensamento normal”, o psicólogo, habitualmente, dedica-se à resolução de problemas específicos, “quebra-cabeças”, que lhe estão presentes à mão e que ganham significado no interior de uma “matriz disciplinar” (Kuhn, 2006, p. 226) da qual ele participa intersubjetivamente junto de outros membros de uma mesma comunidade, com os quais partilha, inclusive, dentre outras coisas, crenças, valores e técnicas. Assim, a “matriz disciplinar” serve de orientação ao seu comportamento, ou ao do cientista ou técnico, de cujo grupo faz parte, seja fornecendo-lhe um ponto de partida teórico para suas investigações, um *habitus* técnico-prático ou mesmo uma representação global do mundo. No fluxo habitual de suas ações, o psicólogo está, portanto, dirigido apenas aos objetos e aos problemas que lhe demandam uma solução imediata. Assim, se for possível afirmar que a pessoa comum se relaciona com o mundo à maneira do físico, que, por estar situada no mundo enquanto ente natural, ela se dirige às coisas a partir de seu sentido mais prático e imediato, encontrando na natureza anterior ao “sistema da natureza” a solidez dos objetos, percebendo as cores, manipulando as massas, construindo, arrumando, destruindo, fabricando, então também sobre o psicólogo é possível dizer que, ainda que também por razões históricas, ele se relaciona com o mundo à maneira do físico (Thines, 1968, p. 35). Afinal, é, na atitude natural, que o conhecimento natural-científico e o psicológico, como o comenta Husserl (1973/1991, p. 89), são primeiramente adquiridos. A atitude natural não é propriamente científica, mas pré-científica. Como tal, ela designa o próprio fato de se *fazer experiência* antes mesmo de todo pensamento racionalizante e, *a fortiori*, de todo pensamento científico, mas é, por este fato mesmo, universal.

Assim, toda vez que a pessoa realiza um esforço por conhecer cientificamente a experiência podemos dizer que ela “exerce uma ciência da experiência”, uma “ciência da atitude natural” (Husserl, 1973/1991, p. 105), uma construção que se acrescenta à experiência originária. Este é o caso tanto para a física quanto para a psicologia modernas. De um lado, a pesquisa científica de *coisas*, dos dados particulares da atitude natural, da experiência, determinados como “coisas sendo em si, que possuem seu lugar determinado e seu desdobramento no espaço objetivo, sua localização determinada e sua duração na duração objetiva” (Husserl, 1973/1991, p. 105), explicando-os causal-legalmente enquanto “aparições físicas”, com propriedades, mudanças, estados objetivos, sem jamais recorrer às próprias aparições, isto é, aos vividos que lhes são correspondentes. De outro lado, uma psicologia que segue o estilo geral de uma ciência física, no passado estritamente como psicofísica e, posteriormente, como uma psicologia naturalística genérica, e, assim, em suma, “descreve e explica de uma maneira causal-legal as personalidades humanas com seus estados e atos mutáveis e suas disposições mutáveis (atitudes características etc.), mas não as aparições nas quais, mudando-se elas mesmas e as outras, elas aparecem de tal ou tal forma” (Husserl, 1973/1991, p. 106). A psicologia é, de acordo com esta orientação, uma ciência do mundo objetivo, enquanto um “todo (*Ganze*) legalmente unitário de todo (*alles*) ser-aí espaço-temporal” (Husserl, 1973/1991, p. 108); é, portanto, uma ciência da natureza. Mas, a motivação para isso não pode ser reduzida, puramente, ao fato de o homem se incluir no mundo enquanto um ente natural e estabelecer o seu contato mais íntimo e original com ele pela *experiência*, por esta defrontação originária com o que está diante de si, mesmo que esta seja uma condição necessária. Sem vislumbrar o sentido histórico que faz da natureza originária, a *φύσις*, uma totalidade causal-legal explicável em termos matemáticos e que motiva o sentido da psicologia moderna enquanto uma ciência da natureza, aos moldes da física moderna, é impossível compreender esse sentido mesmo a maneira como, no interior desta psicologia, são os problemas de pesquisa efetivamente colocados.

Em seus últimos trabalhos, especialmente nas conferências que pronunciou em Viena e em Praga no ano de 1935, publicadas, posteriormente, com o título de “*A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental*”, Husserl (2012) desenvolveu análises específicas sobre a história da filosofia e da ciência modernas, nas quais destacou, primeiramente, o papel universal e originário do que chamou de “mundo da vida” (*Lebenswelt*), um conceito que é muito aparentado ao de atitude natural, embora irredutível a ele, especialmente por sua dinâmica vital acentuada e pelo que o primeiro exige de tematização a respeito de seu papel constituinte, e a substrução posterior de uma camada de sentido que, inclusive, encobriu a dimensão originária do mundo da vida e de toda subjetividade operante: a natureza matematicamente explicitável das ciências modernas da natureza. A tese central de Husserl, em tal texto, conforme a entendemos, é a de que o velamento da subjetividade, ocorrido em detrimento da “*prosperity*” das ciências objetivas modernas trouxe consigo uma *crise da cultura europeia*, algo que pode ser traduzido, ainda, como uma *crise do sentido* ou da razão, visto que a “humanidade europeia”, como a nomeia Husserl (2012), define-se, de modo originário, como a cultura que deixou determinar a sua existência a partir da filosofia e da ciência, ou seja, da “razão”. Neste cenário, a psicologia desempenha um papel central, a sua elaboração histórica enquanto psicologia naturalística constitui a história do esquecimento da subjetividade realizadora, isto é, da Práxis originária.

O processo de desenvolvimento da ciência moderna, no qual o papel da Galileu é central, revela, sobretudo, uma transformação radical na ideia de ciência, a qual, a partir do ideal de um objetivismo fiscalista, reduz-se ao estatuto de mera ciência de fatos. Essa transformação da ideia de ciência, porém, não deixa de acarretar uma mudança na concepção de mundo, isto é, uma mudança cultural mais profunda, na qual o



mundo da experiência cotidiana, o “mundo da vida”, é substituído pelo mundo matemático das idealidades, o qual, mesmo tendo sido construído sobre a evidência do primeiro, passa, então, a valer como o ser real e verdadeiro. O mundo da vida passa a ser encoberto e esquecido: por meio da operação de uma abstração idealizadora operada em dois níveis – primeiro, a divisão entre qualidades primárias e secundárias e a subsequente rejeição das segundas e, segundo, a formalização das qualidades primárias, responsável por transmutar toda contingência da sensibilidade em uma experiência infinita e rigorosamente determinada por figuras ideais –, as fórmulas matemáticas e as teorias simbólico-matemáticas passam a significar a própria realidade tal como é em si mesma, sem jamais remeter ao solo sensível a partir do qual tais construções se tornaram possíveis. Ao mesmo tempo, com a sua capacidade de fornecer previsões mais amplas dos acontecimentos concretos se comparadas às previsões cotidianas, da estrutura da própria percepção, as ciências da natureza adquirem um imenso significado para a vida prática humana. E, a partir disso, todas as aquisições posteriores da física-matemática, inclusive as da física atômica, realizam-se sobre o solo já construído da natureza matematizada e idealizada, funcionando, por isso, como o desenvolvimento progressivo de uma técnica, cujo polo ideal é a previsão integral, por meio de novas verificações e de correções infinitas, das possibilidades concretas dessa natureza idealizada, uma tarefa, portanto, infinita.

Porém, com o avanço progressivo do conhecimento e do fazer técnico, o método científico-natural esvazia-se de seu sentido originário: “[...] o método produzido, o cumprimento progressivo da tarefa, é, como método, uma arte (τέχνη) que se herda, mas de que não se herda por isso, sem mais, o sentido efetivo” (Husserl, 2012, p. 45). A verdade científico-natural torna-se, por conseguinte, autônoma, porque perde o seu sentido efetivo e originário, historicamente instituído, e transforma-se em mera técnica (τέχνη), em mero artifício. Se esse sentido originário e efetivo pode ser apreendido mediante um questionamento retrospectivo, a partir da qual as heranças de sentido são esclarecidas (tal é o método de Husserl), para o cientista, no entanto, a sua “esfera efetiva de pesquisa e descoberta” não necessita de esclarecimento e, do mesmo modo, o próprio mundo – ou seja, a natureza – também não o necessita: torna-se, para ele, evidente que o mundo que está diante de seus olhos é o mundo tal qual é explicado pela ciência matemática da natureza, por meio de suas fórmulas e teorias simbólicas que pretendem apreender a estrutura subjacente dos fenômenos. Com a separação moderna entre qualidades sensíveis, como fenômenos meramente subjetivos, e os processos que acontecem realmente na natureza, existentes como propriedades matemáticas, toda a esfera da percepção e do mundo subjetivo, das verdades da vida pré e extracientífica, tornam-se destituídas de valor e não só: “anunciam vagamente uma experiência possível que reside por trás deste mundo, um em-si a ela transcendente” (Husserl, 2012, p. 43).

É por este motivo que o questionamento retrospectivo não está, a princípio, às mãos do cientista, mas apenas os “quebra-cabeças” delineados pelo horizonte da pesquisa normal de um determinado paradigma. A autonomização da verdade da natureza matemática idealizada conduz, então, ao fato de que, para o cientista, as suas pesquisas são apenas extensões de um mesmo princípio, verificações ou correções, as quais são construídas sobre este solo inquestionado, e, ao mesmo tempo, leva à concepção do mundo como totalidade fechada sobre si mesma, interpretada de maneira exclusivamente matemática. Essa circunstância em que se nega o mundo da percepção em detrimento do mundo objetivo da ciência, sem lançar o olhar sobre as suas bases subjetivas, é o que Merleau-Ponty (1945/2006) chama de “*préjugé du monde objective*”.

No desenvolvimento da psicologia moderna, fica evidente a tentativa de objetivação da subjetividade. Pelas exigências das ciências positivas, o acesso à subjetividade foi colocado como um problema para a psicologia, que se instituiu no interior do sistema das ciências positivas. Tendo herdado a ontologia clássica, essencialmente dualista, o seu objetivo e problema principal era o de demonstrar que a interioridade psicológica, fechada em si mesma, era acessível por meios externos ou que, de alguma forma, ela se apresentaria como um “objeto demonstrável da exterioridade” (Thines, 1968, p. 13), localizado *no* corpo, “este sendo a única referência da consciência à exterioridade, à *res extensa* cartesiana” (p. 14). Isto garantiria à pesquisa experimental um ponto de apoio fundamental. O imanentismo psicológico, que guiou a psicologia experimental moderna e seus desdobramentos posteriores no século XX, revela-se, então, como edificado sobre o postulado dualista da ontologia moderna. E é ele o ponto de apoio da naturalização da subjetividade tal como se desdobra no interior da psicologia científica. A psicologia científica nascente do século XIX descobre, assim, nas sensações uma via de acesso privilegiada à interioridade anteriormente inacessível e escondida no corpo, este entendido de maneira anatomofisiológica. Para esta psicologia, bastará operar a dissecação dos atos sensoriais para descobrir, por trás deles, uma consciência atuante, à mesma maneira em que os órgãos são dissecados pela fisiologia clássica, respeitando-se, é claro, as convenções para a elaboração da situação experimental objetiva. O desenvolvimento histórico da psicologia científica clássica revelará, enfim, a adoção de um “imanentismo” (Thines, 1968, p. 40), presente na psicofisiologia clássica, anatomofisiológica, e na psicologia do século XX, “que se reduziu, em suma, ao estudo dos prolongamentos das ações nervosas externas” (Thines, 1968, p. 40), ou, ainda, ao estudo dos “efeitos visíveis definidos como os comportamentos” (p. 40), em detrimento, é claro, de uma compreensão do mundo próprio (*Umwelt*), fenomenal, do organismo, seja ele humano ou animal. O sujeito imanente não será senão um sujeito exterior ao mundo, dele destacado, e cuja função não será senão a de justificar uma psicologia pretensamente objetiva, capaz de determinar, de maneira exata, os efeitos visíveis do comportamento, pela eliminação de toda “interferência subjetiva”, por mais paradoxal que isso possa parecer a uma ciência que se pretende como “ciência da subjetividade”.



Por outro lado, porém, a psicologia fracassa, historicamente, em se tornar uma psicologia “exata”. O paralelismo entre psicologia e ciência exata (ciência da natureza matematicamente idealizada) se mostrou como irrealizável na prática. E isso porque a subjetividade, enquanto imanência da própria vida, não pôde ser apreendida de maneira “exterior”, com base nos métodos científico-naturais, e de maneira dependente de uma construção racional como a “natureza idealizada”. “Uma psicofísica que explique todos os atos de consciência e conexões de consciência por leis causais é um ‘total absurdo’” (Melle, 1996, p. 23). Mais ainda, mantendo-se, o psicólogo, na orientação objetivista da ciência, no “pensamento normal”, não poderia, de forma alguma, a subjetividade suscitar-se como um tema próprio e válido para sua investigação, pois, sendo ele um cientista natural ou um técnico, isso não poderia ocorrer a não ser por meio da conversão da subjetividade em um *objeto natural*; mas, em todo caso, a subjetividade permaneceria, sempre, como um pressuposto necessário de sua investigação. A psicologia carrega, assim, uma série de preconceitos oriundos de sua tradição naturalista, como, p.ex., no caso da “psicologia interior”, a sua restrição ao conceito de “psicologia individual”, que se baseia na oposição entre a “percepção exterior” e a “interior”. E, por mais que a ciência natural seja válida e esteja justificada, a sua pretensão de ser absoluta, de valer para todos os domínios da experiência, e o seu esquecimento da vida subjetiva originária, fonte de sentido, isto é, a sua unilateralidade, tudo isto demonstra que não pode responder, dessa forma, a todas as questões que lhe são endereçadas.

A razão para que o psicólogo se mantenha na atitude natural e no pensamento normal é, portanto, dupla. Enquanto ente natural, a pessoa, mesmo antes de se tornar psicólogo, se encontra, primeiro, com o seu mundo circundante, ao que Husserl (1973/1991, p. 89) deu o nome de “*die Vorfindlichkeiten*”, aquilo com o que se é defrontado como já estando ali, razão pela qual ela é convocada a lidar com ele – um mundo que, acrescentemo-lo, já é, desde o início, habitado por outras pessoas. E, ainda, não foi senão a física a ciência a se desenvolver, na história moderna, como ciência fundamental e primeira para lidar com o mundo circundante, no interior da prática humana. Apesar de se orientar, naturalmente, a objetos, a prática humana passa, desde então, a dirigir-se exclusivamente a eles (Thines, 1968, p. 33-34), enquanto “coisas em si”, e, como acrescenta Husserl (2012), a partir do horizonte de matematização da natureza na história moderna, torna-se especialmente orientada a objetos invariáveis que buscam traduzir, formal e idealmente, a estrutura matemática da natureza, em detrimento de todo sentido sensível, subjetivo. E, talvez, por este motivo, seja mais correto falar de uma “atitude naturalística” (Melle, 1996) ou de uma “atitude científica” (Husserl, 2012), que se desdobram no interior e a partir da atitude natural, como uma construção de outra espécie, povoando o mundo com categorias abstratas oriundas da atividade científica. O “pensamento normal”, ao qual nos referimos, por sua vez, não designa mais do que o hábito de permanecer nesta atitude e o conjunto de suas motivações históricas.

Ao mesmo tempo, apaga-se, progressivamente, o papel de toda Práxis, isto é, da atividade constituinte do sentido próprio do mundo, e se transforma, com efeito, em uma técnica (Heidegger, 2007). A Práxis é engolfada por esse novo sentido que designa um comportamento de desafiar¹. A pessoa se relaciona com o mundo dominando, calculando, industrializando, extraindo, explorando, estocando, armazenando, transformando, destruindo, etc., aquilo que nele há (Heidegger, 1953/2007). Desenvolve-se em uma técnica que se faz declarar como “Práxis de toda Práxis possível” (Thines, 1968, p. 49), na relação com outrem, como é o caso da psicologia aplicada². A descrição de Heidegger (2007) é especialmente valiosa para situar este horizonte de sentido que se desenha na época moderna em conjunto com a fundação da ciência exata da natureza. Heidegger (2007) descreve, assim, em termos de essências, um horizonte próprio – isto é, uma contextura – no interior do qual a técnica moderna ganha o seu sentido. A esse horizonte, o qual não é operado, nele mesmo, em termos técnicos, Heidegger (2007) dá o nome de “armação” (*Ge-stell*) – a essência da técnica moderna. Por isso, quando diz que a “moderna teoria física da natureza é a preparação, não da técnica, mas da essência da técnica moderna” (Heidegger, 2007, p. 386), indica que a “natureza matematizada”, definida em termos de uma pura teoria a partir da qual é possível realizar o cálculo do jogo de forças da φύσις, motiva, se assim se o pode dizer, enquanto uma contextura de sentido, as realizações técnicas posteriores, como, p.ex., as máquinas de força, a eletrotécnica e a técnica atômica, apesar de se ocultar nelas próprias, circunscrevendo, originariamente, o seu sentido histórico antes mesmo de sua aparição historiográfica. Assim, tudo aquilo com o que o homem se defronta em sua maneira habitual de agir está circunscrito por um horizonte de sentido específico – na história

¹ Este é o termo que Heidegger (2007) utiliza para caracterizar a técnica moderna por contraposição à técnica antiga, que se assimilava, essencialmente, ao criar (poiésis), diferentemente da primeira: “O desabrigar imperante na técnica moderna é um desafiar <Herausfordern> que estabelece, para a natureza, a exigência de fornecer energia suscetível de ser extraída e armazenada enquanto tal. Mas o mesmo não vale para os antigos moinhos de vento? Não. Suas hélices giram, na verdade, pelo vento, permanecem imediatamente familiarizadas ao seu soprar. O moinho de vento, entretanto, não retirar a energia da corrente de ar para armazená-la” (p. 381). E mais adiante: “O desabrigar que domina a técnica moderna tem o caráter do pôr no sentido do desafio. Este acontece pelo fato de a energia oculta na natureza ser explorada, do explorado ser transformado, do transformado ser armazenado, do armazenado ser novamente distribuído e do distribuído renovadamente ser comutado. Explorar, transformar, armazenar e distribuir são modos de desabrigar.” (p. 382).

² É importante comentar que, sendo o mundo um mundo compartilhado, coabitado, na própria maneira de lidar-se com as coisas, implica-se, também, uma maneira de lidar com outrem, com outros sujeitos. Tal como o mostra Foucault em grande parte de sua obra, nas práticas sociais e científicas, revela-se, em filigranas, um sujeito que é visado; ou seja, à técnica que domina o mundo é colateral a técnica (jurídica, pedagógica, psicológica, psiquiátrica etc.) que domina e alicia o outro, assujeita-o. É um fato inegável que as contribuições de Foucault são críticas de um esquecimento que a fenomenologia, para ele, na medida em que se apoia sobre um sujeito transcendental, não foi capaz de tematizar, porque ela repousava sobre este esquecimento, este “silêncio”. Alguns reparos críticos que tentamos avançar com relação à fenomenologia da atitude natural de Husserl se devem à observância dos limites apontados por Foucault.



moderna, a “essência da técnica”, a “armação”³.

Portanto, a razão dupla à qual nos referíamos anteriormente remonta a dois sentidos distintos de natureza, mas profundamente entrelaçados. De um lado, ao sentido sensorial-experiencial, mais imediato, da natureza, que, enquanto tal, possui um significado equivalente ao da atitude natural, o fato de se fazer experiência de algo ou de alguém, com o qual se é defrontado, como já estando ali. De outro lado, a um sentido que se baseia no primeiro, porque a própria experiência sensível sugere a idealização, sua operação básica, realizada sobre a coisa intuível, responsável por tornar a percepção um conhecimento exato; isto é, remonta ao sentido abstrato da natureza, da natureza fisicalística matematicamente determinável. Com isso, podemos determinar o sentido de uma psicologia que, ao mesmo tempo, desdobra-se no interior da atitude natural e que se define, sobre ela, como “naturalística”, isto é, como determinada pelo sistema das ciências da natureza, este desempenhando o papel de sua “matriz disciplinar”. Assim, mesmo que as realidades “psicofísicas”, humanas e animais, desde o princípio, isto é, na atitude natural, demonstrem-se como não matematizáveis à maneira da natureza física, a psicologia naturalística baseia-se, de fato, na ontologia originária das ciências da natureza, que admite uma espécie de dualismo e que a leva a desenvolver-se, primeiramente, como uma ciência da interioridade psíquica, e busca explicar a natureza psíquica-corporal, em sua totalidade, por meio de leis causais de caráter estrito (Melle, 1996, p. 20), o que a leva, por sua vez, a uma explicação de tipo mecânico⁴.

O Velamento dos Problemas Fundamentais da Ciência Psicológica

Com base no precedente, podemos dizer que o horizonte histórico que circunscreve o “pensamento normal” do psicólogo não é senão o da instituição das modernas ciências da natureza, não está vinculado senão, de maneira mais específica, à tradição histórica do naturalismo: o sentido dos objetos e dos problemas com os quais se defronta é fornecido, portanto, pela ideia de que a psicologia deve participar da verdade primeira e necessária do mundo entendido como universo físico, como “sistema da natureza”, e de que ela deve fiar-se às metas cognitivas exclusivas das ciências que se ocupam desse sistema, como, p.ex., o valor cognitivo de controle, que não é um critério nem um objetivo neutro (Lacey, 2006; 2010). Podemos dizer, então, que a “matriz disciplinar” dessa psicologia é naturalista e tecnicista. Há pressuposto, nessa orientação do comportamento do psicólogo, o que podemos chamar de “cientificismo”. Com efeito, esse cientificismo designa um preconceito filosófico que, além de outras coisas, bifurca a compreensão da pessoa humana, separa-a em, de um lado, ente natural, objeto da ciência, e, de outro, ser agente, que constrói o mundo dos objetos e dos valores, todavia recalçando este último do cenário científico, motivo pelo qual é possível afirmar que “a psicologia do homem separado estaria destinada a se desenvolver como psicologia científica, a se tornar, inelutavelmente, a ciência do homem que poderia imaginar o homem naturalmente físico” (Thines, 1968, p. 44). Bifurca, ao mesmo tempo, o fato do valor, transformando toda questão de dignidade científica em questão de fato e relegando toda questão de valor ao domínio extracientífico, de modo que os enunciados científicos são tidos como sempre factuais, sem possuir ligações dedutivas com os valores⁵. Trata-se, no conjunto global dessa situação, da cena, apesar de tudo ainda comum, do pesquisador que pensa a outra pessoa como um objeto, determina as características e leis responsáveis por explicar o seu comportamento, mas jamais tematiza, efetivamente, a sua subjetividade operante, presente no próprio gesto de explicação ou de compreensão de um objeto, portanto em toda a atividade científica, teórica ou prática. Portanto, o “mundo da vida” permanece, ainda, um tema enigmático. E, em conjunto, toda a questão de fundamentos é ocultada da visão do cientista ou técnico que se move nessa orientação, que, como o vimos, transforma a própria ciência em um fazer técnico, em um artifício, velando todo o significado originário de seu método.

3 A abordagem de Heidegger é muito rica e traz problemas verdadeiramente originais quanto à história da ciência e da técnica modernas. Para ele, é impossível tomar a historiografia da ciência e da técnica como se esta fosse idêntica à sua história, isto é, ao horizonte de sentido que circunscreve os seus motivos originários. Assim, para ele, é impossível atribuir a uma figura histórica ou a um conjunto de figuras todo o papel de desenhar essa contextura, de fundar, por elas próprias, uma ontologia da natureza. Tal não é, para o autor, uma atividade cuja responsabilidade é de um sujeito. Envolve, mais do que isso, o sentido da própria história do Ser, irreduzível à subjetividade. No que tange a este trabalho, todavia, é preciso realizar uma circunscrição temática e interpretativa, razão pela qual nos limitaremos a explorar as suas descrições eidéticas da técnica, sem nos implicarmos, com isso, diretamente com a sua concepção de ontologia e de metafísica. Deixaremos de lado toda a problemática no que concerne ao “Ser historial”.

4 É digno de nota que Husserl (1993) e, depois dele, Thines (1968; 1978) e Melle (1996), dentre muitos outros que o fizeram sem necessariamente utilizar o mesmo termo específico (p.ex., M. Merleau-Ponty, K. Goldstein, E. Straus, F. Buytendijk etc., os quais partilham o sentido comum de uma “fenomenologia da corporeidade”), tenham destacado o papel de uma “somatologia” para lidar com o problema central da psicofísica: o da relação mente-corpo. Neste caso, o corpo não é mais concebido como composto por partes exteriores vinculadas entre si de maneira puramente mecânica, como o foi e é ainda concebido no interior de uma psicologia naturalística ou da psicofísica de orientação clássica, que, para todos os efeitos, ainda possui ramificações atuais. Isso não significa, no entanto, que a experiência não seja corporalizada. Ao contrário, o fato básico do qual parte essa nova orientação é o de que o corpo possui sensibilidade, isto é, nos termos de Merleau-Ponty (2006/1945), de que o corpo é um corpo fenomenal.

5 Lacey (2006; 2009; 2010) concebe que esta separação radical entre fatos e valores é resultante das “metodologias descontextualizadas” utilizadas pela ciência tradicional, que privilegia os valores das ciências naturais. E caracteriza, neste sentido, os fenômenos descontextualizados da seguinte forma: “[...] eles estão dissociados de quaisquer relações que possam ter com os arranjos sociais, com as vidas e a experiência humana, dissociados de qualquer laço com a ação humana, com as qualidades sensíveis e os valores, e dissociados de quaisquer possibilidades que eles poderiam obter em virtude de sua inserção em contextos particulares sociais, humanos e ecológicos”. (Lacey, 2009, p. 683) Assim, valores sociais imbricados em valores cognitivos, como é o caso do valor de controle (Lacey, 2006), apesar de possuírem uma posição proeminente na estrutura da ciência moderna, jamais foram devidamente tematizados.



Guiado, dessa forma, pela instituição positiva e orientado pelo pensamento normal, o psicólogo, assim como o cientista e o técnico familiarizados com tal atitude, faz passar à margem de seu campo prático-perceptual e categorial uma série de problemas filosóficos fundamentais os quais transcendem o “plano da coerência, do rigor formal e dos controles experimentais” (Thines, 1968, p. 12), enfim, que transcendem o plano da atividade teórica e técnico-prática do psicólogo que age segundo o “pensamento normal”. Tais problemas são, na verdade, centrais para qualquer tentativa de realização autêntica da essência da psicologia, por oposição a uma psicologia dedicada em firmar-se por analogia à física, na tentativa de obter as suas credenciais científicas por emulação metodológica e ontológica das ciências da natureza. Como se a sua validade dependesse inteiramente disso, quando, na verdade, passa-se bem o contrário e assume-se, assim, uma série de problemas e riscos. De fato, isso é totalmente contrário a uma posição que assume uma responsabilidade sobre si própria e que identifica, em seu desdobramento sobre o mundo, a exigência fundamental de jamais deixar de se questionar sobre aquilo que assume como óbvio desde o princípio. E isso é ainda mais válido para a psicologia. A psicologia orientada por emulação à física – uma psicologia naturalística, portanto – não retrata apenas um “período de resolução de quebra-cabeças” ajustado a um “paradigma dominante”, o que descreve, segundo Kuhn (1970), a “ciência normal”, dado que não há, efetivamente, neste caso, paradigma dominante; ela retrata tampouco o estágio de uma pretensa “ciência pré-paradigmática”, que ainda não alcançou o seu estatuto paradigmático *por analogia à física* ou a outras ciências naturais, as quais já o realizaram em plenitude, como se houvesse apenas um lapso temporal entre elas.

O problema é mais fundamental. E, no entanto, ele permanece velado no interior da superficialidade da “atividade normal de resolução de problemas” e de uma concepção epistemológica baseada apenas na busca de normalização, pela coerência, pelo rigor formal e pelos controles experimentais, da psicologia no interior do sistema das ciências. Neste caso, a fim de se estabelecer, finalmente, um paradigma para o campo psicológico, uma teoria única capaz de sobreviver à tensão colocada contra as suas rivais. Uma unidade como esta que, por vezes, a expressão “*psicologia geral*” faz passar por óbvia, sem que, para tanto, seja feita a análise de seus fundamentos, cuja tonalidade é o de uma concepção já enviesada de psicologia científica. Nada nos autoriza, portanto, inferir que devido ao sucesso técnico da psicologia o problema dos fundamentos esteja já resolvido (Thines, 1968). A problemática fundamental diz respeito, então, à definição de uma ontologia adequada aos fenômenos dos quais se ocupam ciências como a psicologia, a biologia e as ciências humanas: trata-se, como o diz Thines (1978), de elaborar um “*a priori* concreto” (p. 127). A pretensa fundamentação analógica da psicologia científica está, desde então, profundamente enraizada em um preconceito filosófico⁶, o qual, conseqüentemente, atribui à tentativa de atentar-se ao que define eideticamente a sua região própria o mero título de ideologia, razão pela qual recai, colateralmente, em uma atitude dogmática, que, por negar o sentido de se falar em fundamentos, está sujeita a toda à sorte de construção desprovida de base intuitiva, variável apenas em função do contexto social e político que lhe dá o sentido, em suma, ela recai em um “culturalismo” (Thines, 1978, p. 45).

A Mudança de Atitude como Meio de Acesso aos Problemas Fundamentais

Adentramos, com estes questionamentos, ao domínio relativo às “essências”, isto é, ao domínio próprio dos conceitos fundamentais das ciências, de suas categorias, ou de seu *a priori*, que define, materialmente, a sua “região”. Thines (1968, p. 2) chama de “problema das essências” precisamente o momento em que as aquisições momentâneas de uma ciência são colocadas em questão, em que a aquisição progressiva dos fatos é interrompida em favor de um retorno aos problemas categoriais dessa ciência, portanto o momento de realização de uma “suspensão de juízo” (*epoché*), em que tanto a atitude natural quanto o “pensamento normal”, cujo fluxo de comportamento é contínuo, em *oratio recta*, são reconduzidas a uma atitude de tipo distinto, que se move em *oratio obliqua*⁷. Na concepção de Husserl, essa ruptura com o fluxo do modo comum e originário de viver, com a *atitude natural*, “onde todos nós vivemos e, então, de onde nós partimos” (Husserl, 1973/1991, p. 89), mas que, por isso mesmo, é o ponto de partida de toda reflexão ulterior, como sua condição, exige uma “mudança de perspectiva” (*Blickänderung*) (Husserl, 1973/1991, p. 89) ou, antes, uma “mudança de atitude” (*Einstellungsänderung*) (Husserl, 1930/1989, p. 408). Esta recondução da direção de nosso olhar de estados-de-coisa objetivos – isto é, objetos ou acontecimentos – a estados-de-essências, acessíveis apenas por um

⁶ Como o afirma no início de seu ensaio Castañon (2008): “Com o fim da utopia fiscalista do Positivismo Lógico e a derrocada do Operacionalismo como filosofia da ciência, ficou cada vez mais evidente para todos os psicólogos que suas pesquisas estavam mergulhadas em pressupostos ontológicos e epistemológicos” (p. 10).

⁷ Renaudie (2010) caracteriza o discurso fenomenológico sobre a intencionalidade como uma forma inédita de *oratio obliqua*, dado que o fenomenólogo somente pode chegar ao tema da intencionalidade, acessá-lo, mediante a adoção de “*uma atitude linguística determinada*” (p. 128, itálicos do autor), em que a visão performativa da expressividade e a sua retomada declarativa, ou descritiva, estão interconectadas de maneira original. A descrição dos vividos intencionais não coincide, pois, com a expressão direta desses mesmos vividos, apesar de que é sobre a base dessa expressividade que a descrição se torna possível. Mas, para que a descrição fenomenológica possa ser realizada, é necessária, então, uma mudança de atitude, uma “mudança de ponto de vista” (p. 128): “[...] a relação fenomenológica com o vivido não se abre na presença do olhar de um só golpe, mas nesse jogo entre a expressividade da consciência e a reflexividade da descrição” (p. 128). De modo semelhante, Sowa (2009) distingue uma *intention recta*, da atitude natural, de uma *intention obtusa*, da atitude fenomenológica ou reflexiva. O tema da reflexividade da experiência, que, por si própria, já é expressiva, é fundamental para a nossa problemática geral, porque designa a possibilidade de se passar dos “estados-de-coisa objetivos” aos “estados-de-essência”, em que são intuídos e descritos os “conceitos descritivos puros” e as “essências” (*eidé*), em cujo reduto abrigam-se as questões dos conceitos fundamentais das ciências. A respeito dessa semântica fenomenológica, ver Sowa (2009).



olhar retrospectivo ou reflexivo, Husserl chama de “redução fenomenológica”, sem a qual não seria, portanto, possível falar-se legitimamente de fenomenologia (Husserl, 1930/1989).

Talvez possamos até mesmo dizer que essa ruptura acarreta um desencaixe entre linguagem e realidade, que Kuhn (1970) chama de “anomalia”, e que podemos entender, em verdade, como uma “colocação entre parênteses” da maneira como se relacionava até então, efetivamente, com o mundo, seja por uma mudança nos princípios teóricos, nos instrumentos ou na maneira de utilizá-los ou, ainda, na representação global do mundo. Assim, pode-se representar, de maneira mais originária, aquilo que Kuhn (1970) chamou de “crise paradigmática”. Ainda que a “crise” visada por Kuhn tenha um sentido mais amplo e se vincule a esferas estruturais de maior amplitude, no interior das quais o horizonte de um mundo teórico-prático inteiro se abre, o sentido da ruptura nela pressuposta é análogo ao da ruptura no fluxo de meu comportamento cotidiano de me relacionar com um martelo assim que, em determinado momento, ele quebra. Nas análises da manualidade (*Zuhandenheit*), da maneira como nos vinculamos, essencialmente e originariamente, a instrumentos, em um conhecimento tácito, tal como são realizadas em *Ser e tempo* (Heidegger, 1927/1993, §§ 15-16), as experiências de surpresa, de importunidade e de impertinência, como acontecem, p.ex., com relação a um martelo que, em uma orientação puramente pragmática e habitual, é utilizado, simplesmente, para martelar, em um curso normal de ações e de ordens, revelam-se como pontos de viragem em minha relação com o mundo a partir do qual as propriedades essenciais, ontológicas, do instrumento passam a importar, de modo que o simples martelar pragmaticamente orientado, que não é, no entanto, “cego”, cede lugar, ainda que momentaneamente, a um pensamento, “pré-fenomenológico”, ou, melhor, “protofenomenológico”, sobre o que há de errado com o próprio martelo, a ordem habitual é, enfim, interrompida. Com essas experiências, o modo de vincular-me à realidade é alterado e passo a interrogar o mundo a fim de encontrar o que há nele de errado, o que me impede de continuar-me empenhando em meu comportamento habitual, e descubro, assim, a própria “manualidade” do manual, do instrumento.

O parentesco semântico existente, nas línguas germânicas, entre o fenômeno da quebra de um martelo e os abalos na contextura de uma visão de mundo, ainda que tácita, é uma ocorrência prenhe de significado para determinar o sentido dessa ruptura na ordem costumeira das ações. Assim, na língua inglesa, com a palavra “break”, faz-se referência ao acontecimento de quebra de, p.ex., um martelo e, ao mesmo tempo, com raiz na mesma expressão, com a palavra “breakdown”, Kuhn (1970, p. 69) faz referência às crises da atividade normal de resolução de problemas do cientista e, com a palavra “breakthrough” (Kuhn, 1970, p. 53), às importantes descobertas científicas, que precedem os episódios revolucionários e, por isso, contribuem com a reconfiguração de um campo, o que o próprio Kuhn (1970) chamou de “giro gestáltico” (p. 85). Da mesma forma, Heidegger (1993/1927) descreve a perda de função de um instrumento qualquer, como, p.ex., o martelo, como “uma quebra [ein Bruch] dos nexos referenciais descobertos na circunvisão” (p. 118), essa visão da multiplicidade de referências do “ser para” (*Um-zu*) que constitui a essência do instrumento. O uso do instrumento perde, em tal caso, a sua unidade fenomenológica imediata, é desfeita por um momento, enquanto o sentido da própria “manualidade” do manual, do instrumento, demonstra-se de um só golpe. Kuhn (1970), por sua vez, fala de um “sentido de fracasso” com o qual se depara o cientista que se movia na habitualidade da atividade normal de resolução de quebra-cabeças, não podendo mais os exemplares que guiavam o seu comportamento servir-lhe de regras, pois se depara, agora, com fenômenos que são conflitantes com a matriz. A partir de então, o seu comportamento é, por assim dizer, tateante, orientado por mera tentativa e erro, e, ao mesmo tempo, as categorias que utilizava para interpretar a realidade carecem, por um determinado período, de fundamento, está sem chão. Tal é o processo de “revolução científica” que envolve, de maneira essencial, a “ruptura”, da qual falávamos há pouco, e, em especial, a experiência da falha ou do fracasso, esta “falha na atividade normal de resolução de problemas” (Kuhn, 1970, p. 74), como seu motivo originário. Há, portanto, tanto no caso do paradigma que se mostra insuficiente para lidar com determinados problemas ao lidar com o mundo quanto no caso em que um martelo, ou qualquer outro utensílio, deixa de ser capaz de realizar a sua função, uma “ruptura” ou uma “quebra”, ocorrências que o termo inglês “break”, utilizado por Kuhn (1970), condensa, assim como o seu correlato alemão “Bruch”, utilizado por Heidegger (1927/1993). E essa ruptura significa que os véus do que é óbvio caem perante os olhos do cientista e da pessoa em sua atividade costumeira, que a habitualidade e a obviedade que recobrem a face dessa maneira primitiva ou familiar de se relacionar com o mundo se esvanecem.

Por conseguinte, na transição de paradigma, “uma nova maneira de olhar” (Kuhn, 1970, p. 86) é adotada; há, pois, uma “modificação da estrutura da percepção” (Loparic, 1989, p. 192) do cientista, apesar de esta se configurar, na maior parte das vezes, de maneira tácita ou inconsciente e de confluir, posteriormente, para o restabelecimento da atividade normal de resolução de quebra-cabeças. O que nos interessa, no entanto, é que essa nova maneira de olhar, motivada pelos problemas oriundos do interior do desenvolvimento progressivo de uma matriz e essencial à reconfiguração global do campo, designa uma mudança de atitude do cientista na qual, pelo menos por um momento, pela mobilização da ruptura e pelo desfalecimento do sentido habitual de suas ações, ele é requisitado a voltar-se aos fundamentos do campo de sua pesquisa para questioná-los em retorno (Kuhn, 1970, pp. 84-85). Isso nos interessa especialmente porque pode colocar em relevo a atitude contrária à atitude científico-natural na qual é possível atentar-se ao “problema das essências”, um momento no qual se pode dizer, com efeito, que o cientista não é senão um filósofo, um momento no qual está aberto à



discussão de fundamentos, apesar de, amiúde, não o necessitar ou desejá-lo (Kuhn, 1970, p. 88). E este é um ponto central para a delimitação do problema das essências e para determinar a possibilidade de ele surgir no interior do campo psicológico, o que prepara o terreno para lançarmos algumas questões a ele pertinentes.

Mas, se é certo que, nas análises de Kuhn (1970), evidencia-se um comportamento habitual de isolar as anomalias surgidas das insuficiências de uma matriz disciplinar para, então, colocá-las no interior de uma estrutura, o que garantiria a configuração inédita dos elementos por uma nova teoria, a partir de então fundamentada e pronta para prosseguir, novamente, com a pesquisa normal, as crises dizendo respeito, pois, somente a problemas na relação entre teoria e dados, isso se revela como particularmente importante no que tange à psicologia porque, em sua história, não é possível identificar nenhuma crise que finde pelo reconhecimento de uma alternativa ou por uma reconfiguração global do campo (Sturm & Mülberger, 2012, p. 430)⁸ e porque, ao passo que Kuhn (1970) entende que a “crise” é uma categoria do historiador e não do cientista, a história das crises da psicologia demonstra o contrário, a saber, que os próprios psicólogos percebem crises de seu campo (Sturm & Mülberger, 2012). A literatura a respeito dos discursos de “crise da psicologia”, que são constantes, é vasta e se estende desde a instituição moderna da psicologia como “psicologia científica”, como nas críticas de Rudolf Willy (1855-1918), de Hans Driesch (1867-1941), de Otto Klemm (1884-1939), de Karl Bühler (1879-1963) e de L. Vigotski (1896-1934), dentre outros, até os dias de hoje, na maior parte das vezes como tentativas de estabelecer-se uma unidade no campo (Sturm & Mülberger, 2012). De certa forma, tais discursos representam uma experiência de ruptura no sentido próprio de “crise”. Em boa parte dos casos, no entanto, a perspectiva é a de realizar uma terapêutica para a crise pela qual a psicologia poderia desenvolver-se cientificamente, na tentativa de estabelecer-se uma unidade do campo. Mas, por mais que haja e tenha havido propostas de terapia para a crise, nenhuma jamais solucionou o problema do campo – conforme Sturm & Mülberger (2012, p. 430), “[...] naturalmente, nem todas as crises foram bem-sucedidas”.

Diferentemente da descrição kuhniana, os discursos sobre a crise da psicologia não podem ser tomados, portanto, como índices de períodos revolucionários, ou de uma “transição à maturidade” do campo, mesmo que a descrição kuhniana tenha sido utilizada por psicólogos e historiadores do campo para provar o seu estatuto de disciplina madura⁹. Além disso, a proposta de unificação da psicologia pode servir, também, como uma “manobra estratégica”, em vez de um ato epistemológico, em proveito de uma unificação metodológica e de categorias funcionais; portanto, à revelia de problemas metafísicos que, no entanto, permanecem ocultos¹⁰. Ao contrário, tais discursos parecem representar, como o pôde dizer muito bem Mülberger (2012), “uma tomada de consciência dos problemas epistemológicos, conceituais e metodológicos de base da psicologia” (p. 181). Assim, parece-nos adequado afirmar que tais discursos de crise anunciam problemas mais fundamentais, ou seja, problemas da ordem das essências, embora eles tenham sido interpretados, algumas vezes, simplesmente como o problema de encaixar a teoria aos dados, ou, ainda, em um nível mais fundamental, como o problema de encaixar a ontologia da psicologia com a ontologia das ciências naturais¹¹. Longe de propormos, aqui, mais uma proposta de terapêutica para a situação, aproveitamos o caráter aberto da questão para não nos engajarmos com um ideal de solução para o problema ou qualquer ideal de ciência dado previamente – “pôr entre parênteses” este aspecto da questão – e para, com isso, entrevermos o problema das essências e estudarmos algumas questões específicas.

A partir desse momento, faz-se necessário estabelecer um distanciamento para com a visão de Kuhn. Isso porque jamais é possível indagar, a partir de seu ponto de vista estrito, o *sentido* da ciência, não enquanto um saber confeccionado em um jogo de forças, ainda que esta seja uma modalidade essencial de sua realização no mundo, mas enquanto um discurso fundado em determinadas modalidades de evidência, enquanto um discurso fundado em uma ontologia, em categorias, na medida em que e no interior dos limites pelos quais isso é possível. Tudo parece se passar como se a ciência se resumisse em uma sucessão de paradigmas por um processo sempre renovado de conversão de uns cientistas por persuasão de outros, onde, por mais que haja discussões de fundamentos em determinados pontos cruciais, os próprios fundamentos jamais possuem um papel estrutural. Da mesma forma, o desenvolvimento da ciência enquanto um projeto teleológico, a sua *ideia*, jamais se deixa mostrar, mas se oculta em um preconceito. Assim, caso se queira perguntar sobre o fundamento da psicologia para além da emulação das ciências naturais e para além do sentido de estabelecer-se em continuidade com uma herança recebida de maneira puramente assimilativa, caso se queira perguntar de que

8 “If psychology were in a permanent crisis, or tended to crisis more often than other sciences, that would not only or even primarily have to do with problems in the relationship of theory to data, as Kuhn’s views require” (Sturm & Mülberger, 2012, p. 430).

9 “[...] psychologists and historians of the field frequently debate whether their discipline squares with his [Kuhn] model, and after the 1970s some psychologists even found it attractive because if we have identifiable crises and revolutions in psychology, does that not prove its status as a mature scientific discipline?” (Sturm & Mülberger, 2012, p. 427).

10 Tal é a leitura de Stam (2004). Sobre o funcionalismo, p.ex., afirma: “Functionalism has served institutional purposes well because it is ontologically neutral with respect to the kinds of entities under investigation. Hence, psychology proceeds through the multiplication of entities without ever committing itself to the reality (or lack thereof) of the objects it so constitutes. My claim is simply that the agnosticism with respect to objects of investigation is hidden within functional kinds such that an army of researchers can proceed with little hindrance to the profound metaphysical questions that remain to be solved.” (p. 1261-1262). Estes problemas metafísicos são, precisamente, aquilo a que fazemos aqui referência, apesar de utilizarmos outros termos.

11 A filosofia da psicologia deve, pois, atentar-se ao acento dado por Sturm e Mülberger (2012) à questão das crises: “[...] dado que não poucos daqueles que declararam uma tal crise desenvolveram as suas visões baseadas em reflexões filosóficas minuciosas, às vezes com uma compreensão rigorosa do estado da arte, e que algumas declarações até mesmo tiveram efeito sobre o curso da história da psicologia, isso exporia uma determinada cegueira em continuar ignorando-as.” (p. 431).



outra maneira a psicologia pode contribuir com o sistema das ciências sem ser, necessariamente, uma extensão das ciências naturais, então é preciso extrapolar a própria visão kuhniana de ciência e o seu psicologismo naturalista. Nas palavras de Loparic (1989), o “naturalismo de Kuhn corta pela raiz toda indagação tanto sobre formas alternativas de saber quanto sobre a relação entre a forma específica da ciência moderna e os múltiplos desafios da vida humana” (p. 210).

Assim, malgrado a riqueza de suas descrições do comportamento do cientista, a sua visão sucumbe à crítica que se aplica à exclusividade da ontologia científico-natural da ciência moderna. E, para que dessa crítica valham todos os efeitos, é preciso aplicá-la, inclusive, à visão naturalista de Kuhn. Pois, com isso, a questão sobre as crises recorrentes da psicologia não apenas deixa de ser guiada pelo ideal exclusivo de unificação da psicologia no sistema de ciências, pela aquisição do estatuto de “ciência normal”, “paradigmática”, à revelia de todos os problemas que se possa ter, com isso, em relação à definição do que é próprio à esfera da psicologia, problema ao qual já fizemos alusão anteriormente. Afinal, a visão kuhniana da ciência tende a reforçar a ideia de que, para discutir os princípios de uma ciência, é necessário correlacioná-los ao conceito de “ciência normal”, isto é, a algo como o índice de maturidade dessa ciência, sendo o ideal o estatuto científico das ciências naturais contemporâneas, a sua unidade e a sua ontologia unitária, o que, todavia, não se revela como um pressuposto necessário para as discussões epistemológicas no domínio das ciências humanas e sociais, em especial da psicologia (Teo, 2010, p. 241). Ao contrário, com essa crítica, abre-se, novamente, a possibilidade de ser realizado o questionamento a partir da perspectiva das essências, das categorias fundamentais, do *a priori*, que circunscrevem esse domínio, isto é, torna-se possível perguntar sobre a própria possibilidade de fundamentação da psicologia, ou da existência de algo como uma “psicologia fundamental”.

A possibilidade de o psicólogo engajar-se em uma “autorreflexividade” e de engajar-se, efetivamente, em uma “autorresponsabilidade” não necessita, portanto, vincular-se à ideia de “crise” da psicologia. Pelo contrário, amiúde, o discurso de deflagração da crise da psicologia parece ter servido como mais um instrumento de velamento da questão de seus fundamentos, em proveito da tentativa de estabelecer-se uma ordem positiva no campo, do que como uma estratégia de mudança de atitude e meio de acesso à questão. Ao mesmo tempo, no entanto, o fato de haver inúmeros discursos de crise da psicologia com fracassadas tentativas de terapia nos levaram a um distanciamento do naturalismo kuhniano, que toma a reflexividade do cientista como decorrente de momentos específicos no desenvolvimento da ciência e como prelúdios de uma nova configuração do campo, pronto para desdobrar-se progressivamente, outra vez, na atividade normal de resolução de quebra-cabeças. Em todo caso, o que se demonstra é que o problema fundamental, que aqui nos esforçamos por retirar das amarras do naturalismo, permanece à margem da atenção do psicólogo pelo fato de ser mascarado por uma determinada tradição, por uma “matriz disciplinar”, e que o seu acesso só pode ocorrer por meio de uma mudança de atitude em direção à atitude filosófica, por uma reflexividade. Porém, de tal forma que não se fique restrito a pensar a ciência e as relações entre a configuração moderna da ciência e outros problemas vitais de maneira puramente cientificista ou naturalista, mas que, pelo retorno reflexivo, possa-se indagar a possibilidade de alternativas e abrir-se a chance para a realização de outras questões pertinentes à psicologia.

Tendo se libertado dos preconceitos naturalistas, é possível até mesmo indagar-se sobre outras fontes de motivação para a “suspensão do juízo” e a conversão da atitude do psicólogo em atitude filosófica. Torna-se possível indagar-se, inclusive, sobre o papel do que os cétricos antigos chamavam de “*isostenia*” (ισοσθενεια), a saber, o fato de haver uma multiplicidade de soluções possíveis e contraditórias para um problema filosófico, e que era, para eles, a causa originária da “suspensão de juízo”, da “*epoché*”¹², na mudança de atitude do psicólogo, dado que essa multiplicidade ou heterogeneidade não é estranha à situação epistemológica da psicologia. Enfim, um amplo conjunto de questões que dizem respeito à possibilidade de o psicólogo vir a se tornar um filósofo, no sentido acima argumentado, se torna significativo, porque, afinal, não são poucos os exemplos de psicólogos ou psiquiatras que se dedicaram a questões filosóficas (p.ex., F. Buytendijk, E. Straus, L. Binswanger, dentre outros). De qualquer forma, é um fato que o tema não se entrega gratuitamente a quem quer pensá-lo. E, todavia, a conversão exigida para tanto não nos leva a perder em nada, mas, pelo contrário, leva-nos a readquirir o mundo inteiro no interior da esfera do sentido, para indagações a respeito de seus fundamentos epistemológicos e ontológicos. Porque, assim, a própria pesquisa científica e a prática profissional podem ser readquiridas em um novo solo no qual o que era óbvio foi reconduzido às suas modalidades adequadas de evidência, ou seja, em última instância, ao solo sensível do qual se originam e em torno do qual se organizam todas as categorias e mediações simbólicas.

Referências

Castañon, G. A. (2008). Filosofia como Fundamento e Fronteira da Psicologia, *Ciências Humanas e Sociais em Revista*, 30(1):10-18.

12 “Através de que procedimento de pensamento os cétricos são levados à suspensão do juízo? Como justificam uma atitude tão paradoxal? Constatando, em primeiro lugar, a diversidade e a natureza contraditória das soluções que podem ser propostas a respeito de cada problema filosófico. Não existe uma tese à qual não se possa opor uma antítese. Não há um argumento que não possa ser derrubado por um argumento contrário, igualmente convincente. Esta *isostenia* (ισοσθενεια), isto é, igual força das razões em disputa, é a causa direta da suspensão do juízo. Incapazes de poder dar seu assentimento a um argumento em detrimento de outro, a uma tese antes que a opinião contrária, os cétricos renunciaram se pronunciar” (Verdan, 1998, p. 38).



- Heidegger, M. (2007). A questão da técnica, *Scientiae Studia*, 5(3): 375-98. Disponível em: < http://www.scientiaestudia.org.br/revista/PDF/05_03_05.pdf>.
- Heidegger, M. (1993). *Ser e tempo*: parte I. (Márcia de Sá Cavalcante, trad.). Petrópolis: Vozes.
- Husserl, E. (1989). Epilogue. In E Husserl. *Ideas pertaining to a pure phenomenology and to a phenomenological philosophy*. Second book: Studies in the phenomenology of constitution. (Richard Rojcewicz & André Schuwer, transl.). Dordrecht: Kluwer Academic Publishers. (Originalmente publicado em 1930).
- Husserl, E. (1993). *Idées directrices pour une phénoménologie et un phénoménologie pure, livre III*. (D. Diffeneau, trad.). Paris : Presses Universitaires de France.
- Husserl, E. (2012). *A crise das ciências europeias e a fenomenologia transcendental: uma introdução à filosofia fenomenológica*. (Diogo Falcão Ferrer, Trad.). Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- Kuhn, T. S. (1970). *The Structure of Scientific Revolutions*. 2nd. Ed. (International Encyclopedia of Unified Science, v. 2, no. 2). Chicago: The University of Chicago Press.
- Kuhn, T. S. (2006). Posfácio. In T. S. Kuhn. *A estrutura das revoluções científicas* (9a ed., B. Vianna Boeira & N. Boeira, trad.). São Paulo: Perspectiva.
- Lacey, H. (2006). Relações entre fato e valor, *Cadernos de Ciências Humanas, Especiaria*, 9(16):251-266.
- Lacey, H. (2009). O lugar da ciência no mundo dos valores e da experiência humana, *Scientia Studia*, 7(4):681-701.
- Lacey, H. (2010). *Valores e atividade científica, dois*. São Paulo: Editora 34.
- Loparic, Z. (1989). Paradigmas cartesianos, *Cadernos de História e Filosofia da Ciência*, 1(2):185-212, jul.-dez.
- Merleau-Ponty, M. (2006). *Fenomenologia da percepção*. (Carlos Alberto Ribeiro de Moura, trad.). São Paulo: Martins Fontes. (Originalmente publicado em 1945).
- Mülberger, A. (2012). Psicologia e crise: estudo de uma relação histórica. In S. F. Araújo (Org.). *História e Filosofia da Psicologia: Perspectivas Contemporâneas*. Juiz de Fora: Ed. UFJF.
- Renaudie, P.-J. (2010). Rectitude et obliquité intentionnelle de l'Oratio phénoménologique: Remarques croisées sur McDowell, Brentano et Husserl, *Bulletin d'analyse phénoménologique*, 8(3): 109-128.
- Sowa, Rochus. (2009). Essences et lois d'essence dans l'eidétique descriptive de Edmund Husserl, (Véronique Decaix & Claudio Majolino, trad.), *Methodos*, 9. Disponível em: < <https://journals.openedition.org/methodos/2214>>. Acesso em 04 de dez. 2022.
- Stam, H. J. (2004). Unifying Psychology: Epistemological Act or Disciplinary Maneuver?, *Journal of Clinical Psychology*, 60(12) :1259-1262.
- Sturm, T., & Mülberger, A. (2012). Crisis discussions in psychology: New historical and philosophical perspectives, *Studies in History and Philosophy of Biological and Biomedical Sciences*, (Special Issue: Crisis in Psychology), 43: 425-433.
- Teo, T. (2010). Ontology and scientific explanation: Pluralism as an a priori condition of psychology, *New Ideas in Psychology*, 28: 235-243.
- Thines, G. (1968). *La problématique de la psychologie*. La Haye: Martinus Nijhoff.
- Thines, G. (1978). *Fenomenología y ciencia de la conducta*. Madrid: Ediciones Pirámide.
- Verdan, A. (1998). *O ceticismo filosófico*. (Jaimir Conte, trad.). Florianópolis: Ed. UFSC.

Recebido em 25.12.2022 – Aceito em 26.09.2023